

O PAPEL DA PRO URBE NA REFLEXÃO SOBRE A CIDADE DE COIMBRA

João Paulo Dias*

A Pro Urbe tem como fim contribuir, na área do município de Coimbra, para o reforço da participação democrática dos cidadãos no estabelecimento das políticas locais, concorrendo para o desenvolvimento harmonioso do Concelho, com vista à progressiva melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A Pro Urbe, actualmente com quase 300 sócios, começou por ser um grupo de pessoas que se juntou com o objectivo de reflectir sobre o desenvolvimento das cidades em geral, e de Coimbra em particular, pois todos os seus membros vivem, viveram ou mantêm alguma ligação estreita com a cidade. Desde início, aquando da realização do debate "A Cidade do Futuro", em Junho de 1995, que os seus membros se preocuparam em transmitir uma mensagem construtiva, política e apartidária do que defendem para futuro de Coimbra. Mesmo sendo uma associação de índole local, confinada ao concelho de Coimbra, não deixa, no entanto, de procurar integrar preocupações de carácter geral (regional, nacional ou internacional), e a prova disso é, por exemplo, a luta à volta da problemática da co-incineração.

O modelo cívico que defendemos implica a articulação entre os mecanismos de democracia representativa (poderes locais eleitos), por um lado, e os mecanismos de democracia participativa, por outro (associações, sindicatos, comissões de bairro, etc). O modelo mais avançado do que defendemos não é nada de novo, pois tem vindo a ser implementado em muitas cidades, especialmente no Brasil. A cidade de Porto Alegre é o exemplo que temos vindo a seguir mais de perto. Um caso notável de articulação entre os mecanismos de poder local e as organizações não governamentais, e que levou inclusive as Nações Unidas a seleccionar Porto Alegre como uma das quarenta inovações urbanas institucionais, encorajadoras da participação dos cidadãos locais, apresentadas em Istambul, em Junho de 1996, na *Conference on Human Settlements* (também conhecida como Habitat II). Porto Alegre não é caso único, mas os estudos que têm sido produzidos apontam-na como uma das cidades mais inovadoras nestas formas de articulação entre cidadãos e

autarcas. Aliás um exemplo conhecido da nossa autarquia, mas que infelizmente não foi inspirador de uma adopção de um modelo análogo ou adaptado às nossas circunstâncias.

O resultado da implementação dessa experiência, também conhecida como Orçamento Participativo, é uma cidade com um desenvolvimento harmonioso, aliando uma dinâmica económica a fortes políticas sociais, juntamente com uma vertente de planeamento urbano integrado. Resumidamente, o Orçamento Participativo consiste na contratualização, entre a autarquia local e os movimentos associativos, de um caderno de investimentos prioritários, decidido através de um conjunto de iniciativas públicas que vão desde a inventariação das necessidades até à fiscalização da execução das obras decididas colectivamente, sejam elas de carácter estrutural ou de âmbito de bairro. São as populações, de forma organizada e ajudadas pela autarquia, que decidem se o investimento prioritário é canalizado para a habitação, para o saneamento ou para as políticas de inserção social. E as eleições servem para aferir o (in)cumprimento do programa acordado.

Mas voltando ao âmbito de actuação da Pro Urbe, as nossas actividades têm desenvolvido uma metodologia que, por um lado, procura fazer uma reflexão crítica fundamentada e, por outro, propor alternativas devidamente coerentes e credíveis.

Dentro das actividades que mais se podem destacar nestes quase três anos e meio de existência, gostaria de realçar a primeira campanha, intitulada "Viva o Rio". Esta campanha teve como objectivo discutir o (sub)aproveitamento das margens do Rio Mondego, procurando virar a cidade para o lençol de água que a atravessa. Esta campanha lançou também a «imagem de marca» da Pro Urbe: promoção de debates e conferências, dinamização das ruas da cidade com concertos de música e actividades teatrais, realização de passeios de reflexão e descontração em ambas as margens do rio e organização de uma grande exposição fotográfica colectiva sobre as margens do Mondego que teve lugar na antiga fábrica da Ideal. A organização destes eventos só foi possível porque emergiu outra das características da Pro Urbe: a articulação entre várias entidades promotoras de actividades de índole diversa, como sejam a Câmara Municipal, a Universidade de

* Pro Urbe – Associação Cívica de Coimbra.

Coimbra, grupos de teatro e música, associações culturais, etc. Tudo numa perspectiva de grande abertura para a cidade, procurando divulgar as actividades muito para além dos sócios.

Outra das campanhas com grande impacto na cidade foi a que se relacionou com a Reabilitação do Mercado D. Pedro V, intitulada “Um Violino no Mercado”. Procurou-se dinamizar o mercado integrando actividades, aparentemente, pouco compatíveis: música coral e etnográfica, exposições de trabalhos de arquitectura sobre o Mercado e mostra de venda de produtos ecológicos e aromáticos. Ao mesmo tempo realizaram-se sessões de reflexão pública, com a participação de várias entidades, terminando com a constituição de uma Comissão mista entre comerciantes e membros da Pro Urbe encarregues de elaborar um documento prospectivo. O trabalho culminou na entrega à Câmara Municipal de um documento com um conjunto de ideias concretas (ao nível da filosofia de intervenção, da gestão, do ordenamento, da recuperação física e de outros tópicos) capazes de se transformar num caderno de encargos. O projecto recentemente anunciado pela autarquia inclui algumas das disposições contidas nesse documento, embora não seja resultado de uma discussão pública prévia.

Poderíamos referir ainda uma série de outras intervenções públicas organizadas pela Pro Urbe, mas vou apenas enumerar algumas delas: tratamento de resíduos sólidos urbanos (já em Maio de 1996); transportes públicos e metro de superfície; nova ponte sobre o Rio; prevenção rodoviária; regionalização; Palácio da Justiça; etc.

Pela importância que teve e tem, deixem-me destacar a questão da co-incineração de RIP (resíduos industriais perigosos), a qual provocou um amplo debate nacional sobre as questões ambientais no seu todo. No entanto, este debate não foi estimulado por quem mais lhe competia: o governo em geral e o Ministério do Ambiente em particular. Por seu lado, este debate é fruto do labor e dedicação de muitas associações e grupos locais e ambientais que, interessada ou desinteressadamente, procuraram participar numa discussão da qual foram arredados desde o início.

Todo o processo foi conduzido de uma forma opaca e distante das populações, sejam as directamente implicadas, seja a população nacional em geral. Tendo a co-incineração começado por ser apresentada como um problema local, inevitavelmente, transformou-se rapidamente num problema nacional, que escapou por completo ao domínio governamental e ao âmbito político-partidário. Este fenómeno assistiu à introdução de novas formas de luta, para as quais as entidades oficiais não estavam, e ainda não estão, devidamente preparadas.

Posteriormente foi anunciada a decisão. De facto, há que admiti-lo, houve muitas associações, entre as quais a Pro Urbe, que se deixaram adormecer e não prestaram a devida atenção ao processo que estava a decorrer. No entanto, tal situação não retira qualquer legitimidade à luta entretanto iniciada, e rapidamente amplificada. Todos nós sabemos que a despolitização dos movimentos sociais, levada a cabo em Portugal nos últimos anos, originou uma incapacidade de acção, limitando-se estes a reagir após os factos consumados. Mesmo assim, houve uma capacidade de unir esforços, organizar uma estratégia e implementar formas de luta inovadoras. Mais que isso, assistiu-se a um despertar, em especial no caso de Coimbra, de cidadãos, grupos, associações, sindicatos, entidades oficiais, demonstrando que são capazes de agir em consonância e em interacção, unindo esforços e falando a uma só voz, mesmo havendo divergências de fundo: por exemplo, uns eram con-tra a co-incineração, outros eram apenas contra a forma como o processo foi conduzido, à revelia de tudo e todos.

Como foi possível inflectir este processo? Destaco 4 momentos:

1 – O lançamento público da contestação em Coimbra, numa organização de associações cívicas e ambientalistas e envolvendo partidos, entidades oficiais e outros actores locais, expondo as dúvidas publicamente e procurando amplificar a questão, retirando-a do limbo onde a queriam meter.

2 – O envolvimento de todos os cidadãos de Coimbra, com manifestações públicas e, especialmente, com o lançamento de uma petição à Assembleia da República que angariou, só em Coimbra, cerca de 54 mil assinaturas (mais que uma assinatura por agregado familiar – significativo se pensarmos que esta petição local é a 5ª ou 6ª entre as que se fizeram em Portugal a nível nacional). Provou-se, também, com esta iniciativa, que as pessoas têm opinião, ainda que nem todas gostem de manifestá-la publicamente, optando por uma postura mais privada. Demonstrou ainda uma participação que colocou os partidos em sentido, visto que as suas iniciativas jamais tiveram uma aderência desta dimensão. Os movimentos adquiriram por esta via uma legitimidade para manterem a luta.

3 – O envolvimento da Universidade de Coimbra e de outras entidades como o Centro Hospitalar de Coimbra. A marginalização da UC em todo este processo permitiu, após os insultos da MA a esta instituição, “mover o gigante”. Isto é, levou a que a UC, tantas vezes acusada de virar as costas à cidade, assumisse as suas responsabilidades e interviesse no processo, questionando-o e procurando ser um parceiro nas negociações, como o veio a ser.

4 – Por último, a capacidade de mediação que existiu entre as associações cívicas e os partidos políticos, e que culminou na posição de consenso que se conseguiu para a aprovação da suspensão da decisão, com 4 partidos a votarem a favor e um a abster-se. A democracia representativa interagiu, deste modo, com a democracia participativa. Uma forma de mediação pela qual pugnamos nas nossas iniciativas em Coimbra, e que raramente são compreendidas pelas entidades locais, visto considerarem estas formas de participação como afrontas ao seu poder. Afinal de contas, a democracia participativa é complementar e enriquece o sistema democrático.

A aprovação da lei a suspender a decisão governamental consagrou uma vitória dos movimentos sociais, permitindo demonstrar, por um lado, a leviandade técnica da decisão, sem atender à divisão da comunidade científica e à falta de estudos, por outro, a injustiça da escolha de Maceira e Souselas, por serem duas localidades já martirizadas pela poluição, uma delas à porta de uma cidade com cerca de 150 mil habitantes. E nem a recente polémica à volta da publicação de dois decretos-lei pelo Governo (mais uma vez à revelia do mais elementar bom senso político), numa atitude de desrespeito à Assembleia da República, pode alterar a situação: primeiro deve-se estudar, e só depois se pode discutir e finalmente decidir.

Mas outras consequências advieram desta luta. Conseguiu-se aprofundar a consciência ecológica dos portugueses, mais sensibilizados e preocupados com a resolução de um problema nacional que é a questão dos lixos. Ganhou-se a requalificação de Souselas e Maceira sem o espectro da co-incineração, embora não se saiba ainda se se vai incidir apenas na infra-estruturação destas localidades, a nível social e físico, ou se se vai ainda requalificar as próprias cimenteiras e espaços adjacentes (dando por adquirida a instalação dos filtros de manga). Também ninguém sabe nada ainda sobre os financiamentos, o que ajuda a provar que todas estas medidas saiem consoante as pressões, sem planificações nem estratégias. De referir que estas requalificações deviam ser alargadas, por uma questão de justiça, a todas as localidades com cimenteiras.

Provou-se que é possível articular, por um lado, os movimentos sociais e a democracia participativa e, por outro, os partidos e a democracia representativa, o que é um bom estímulo para os que desejam um fortalecimento dos actuais mecanismos democráticos e de cidadania activa.

Mas esta luta veio atribuir uma acrescida responsabilidade à Pro Urbe como elemento catalisador de discussão

e acção local. E é neste sentido que preparamos actualmente, a par com outras iniciativas, a realização de um Congresso da Cidade, programado para Novembro do ano 2000. Passemos a expor os motivos que nos levaram a abraçar esta ideia e a levá-la a cabo.

Congresso Coimbra 2000

Coimbra tem tido nos últimos anos um relacionamento bastante complexo e ambíguo consigo mesma e com o país. Por um lado, sente-se uma relação de amor e ódio, de esperança e de frustração, onde a par de um orgulho ferido persiste uma auto-estima negativista, sinónimo de um baixar de braços. Por outro lado, é inegável a perda de influência no contexto nacional, seja pelo aumento da competitividade inter-univers(c)idades, seja pela falta de protagonistas institucionais ou mesmo pela incapacidade em contrariar a crescente bipolarização que se verifica à volta do Porto e de Lisboa. Uma cidade que vive com problemas intensamente locais, mas que são simultaneamente globais. E os exemplos avolumam-se todos os dias.

Este processo de decadência que Coimbra tem vindo a atravessar não é irreversível. Dotada de uma mitologia invejável, não soube transformá-la em capital simbólico e peso político junto do Governo central. Ao contrário, usou-a como antolhos para não se confrontar com os sinais crescentes da sua estagnação. Coimbra é, de todas as cidades do país, a que mais dramaticamente mudou de escala nas últimas décadas. Durante séculos, foi uma cidade demasiado grande para o seu tamanho. A cidade universitária, de projecção nacional e internacional, pôde ocultar a fragilidade do seu tecido urbano e da sua base económica. Hoje, é uma cidade demasiado pequena para as potencialidades que ainda tem. Uma cidade descrente, onde o desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida são meros factos políticos, protocolos, notícias de jornal, sem tradução no quotidiano das pessoas. A causa desta inversão é simples: Coimbra não acompanhou o processo de qualificação por que passaram as outras cidades médias desde o 25 de Abril. Habituada ao monopólio do prestígio, não soube aguentar a concorrência e a luta pela qualidade.

Constata-se, igualmente, uma falta de diálogo a vários níveis, quer entre as instituições, associações e movimentos existentes, quer entre estas e os cidadãos em geral. Em resultado, surgem iniciativas isoladas, programas de intervenção descoordenados, acordos opacos, políticas distantes dos cidadãos. Esta situação é demonstrativa de uma cultura cívica deficiente e elitista, realizada de cima para baixo, excluindo eventuais actores sociais e os cidadãos

em geral. No pólo oposto, verificamos que as reivindicações vindas de baixo para cima são escassas, desorganizadas e descoordenadas e com pouca capacidade de mobilização, fruto de um esvaziamento político continuado e de um conformismo multigeracional. Os tempos das lutas político-sociais parecem ter-se esgotado. Foi neste contexto que surgiu a problemática da instalação da co-incineração na cimenteira de Souselas-Coimbra. E perante este facto a cidade despertou e movimentou-se, numa prova inequívoca de que as energias existem, e só precisavam de uma causa para ser reactivadas. *Conseguirá Coimbra inverter este processo negativo e aproveitar estas energias agora libertadas na prossecução de outras lutas por uma melhor qualidade de vida?*

Creemos que sim. E é nesta perspectiva que a Pro Urbe irá organizar o Congresso da Cidade, no ano 2000, tendo por bases dois pressupostos: 1) projectar Coimbra para o país; 2) projectar Coimbra para o interior de si própria. Se, por um lado, procuramos conferir à cidade uma voz e uma importância a nível nacional, embora configurada em moldes diferentes dos tidos em tempos anteriores, sustentando-a em formas mais duradouras e diversificadas. Por outro, pretendemos que Coimbra seja uma cidade transparente, capaz de se olhar ao espelho e de transformar uma organização social baseada em “guettos” numa cidade associativa, de múltiplas vozes e actores, estruturados horizontalmente. Assim, podemos definir como o grande objectivo do Congresso a criação dos pilares necessários para um envolvimento crescente dos cidadãos nos problemas da cidade, passo essencial para que a participação democrática seja uma realidade cada vez mais tangível e institucionalizada.

Depois de um longo processo de discussão sobre os moldes em que se iria concretizar o Congresso, os objectivos e os actores intervenientes, chegou-se a um modelo, ainda provisório, que, não sendo exaustivo nem totalmente abrangente, procura, no entanto, não excluir nenhuma área nem nenhum actor. Dividimos, então, a cidade por várias áreas temáticas, procurando estudar e debater as questões de forma operacionalmente descentralizada, tendo como pano de fundo a discussão da cidade como um todo. As áreas seleccionadas são as seguintes (a organização dos grupos ainda não é definitiva):

1. Cultura, Desporto e Turismo
2. Mapa Social da Cidade
3. Educação e Saúde
4. Economia, Emprego e Exclusão Social
5. Ambiente, Espaços Verdes e Qualidade de Vida
6. Cidade Contemporânea, continuidades e descon-
tinuidades no espaço e no tempo

Cada área temática, organizada num grupo o mais abrangente possível, irá orientar o seu trabalho, até ao Congresso, tendo por base a seguinte estratégia:

- a) efectuar um diagnóstico das várias áreas;
- b) proceder à sua análise e discussão;
- c) elaborar propostas e perspectivar alternativas de intervenção;
- d) identificar parceiros privilegiados por áreas temáticas, que ajudem a desenvolver o trabalho de diagnóstico, discussão e elaboração de propostas e colaborem em iniciativas concretas no âmbito do Congresso.

Para concretizar esta estratégia, os grupos de trabalho podem seguir vários métodos:

- a) levantamentos quantitativos nas várias áreas ou temas;
- b) recolha de informação qualitativa, através da promoção de debates públicos, de painéis de reflexão, de sessões de auscultação, de entrevistas, etc;
- c) comparação com experiências de outras cidades nacionais ou internacionais, convidando especialistas que apresentem novas metodologias de intervenção e actuação.

Na sua organização interna, os grupos poderão seguir o seguinte modelo, sem carácter obrigatório:

- 1) Nomear um coordenador, responsável pelas intervenções públicas, pela ligação com a direcção e pela apresentação do plano de actividades e orçamento ao grupo organizador;
- 2) Nomear dois consultores (com alguma ligação a Coimbra), preferencialmente nomes de reconhecida notoriedade na área temática e que possa colaborar na orientação do trabalho dos grupos;
- 3) Delegar nos restantes membros do grupo a divisão de tarefas necessária à prossecução dos objectivos delineados;
- 4) Eleger parceiros de intervenção privilegiados (organizações ou associações), para a realização das várias actividades programadas, bem como de actividades que possam inserir-se no programa oficial do Congresso;
- 5) Elaborar um plano de actividades até ao Congresso, assim como um orçamento provisório para a sua prossecução.

Deste modo, irão realizar-se até à data do Congresso, mas não se esgotando aí, uma série de iniciativas, procurando desenvolver uma dinâmica crescente, solidifi-

cando os alicerces necessários à continuação desta estratégia na cidade. Procurando contrariar a actual situação, tenta-se com esta metodologia criar um sistema de redes, em que os vários actores possam interagir, gerando assim um efeito multiplicador.

Por fim, e após a avaliação dos resultados obtidos, procuraremos elaborar uma Carta Constitucional da cidade de Coimbra, onde se consagrem os direitos e deveres dos

cidadãos e instituições, a qual servirá de caderno reivindicativo perante os órgãos autárquicos e governamentais, na elaboração das políticas de intervenção local. É preciso desmitificar a ideia de que só identificamos os problemas. Queremos igualmente ser parceiros nas soluções. Para isso, contamos com todos os cidadãos e actores locais/ globais que a nós se queiram associar, e connosco queiram trabalhar.